

Formas Renovadas de Privatização da Educação no Brasil: o trabalho voluntário e a responsabilidade social da empresa (RSE).

Silvana Aparecida de Souza



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Resumo

O presente texto aborda pesquisa conceitual realizada, a qual teve como objeto o trabalho voluntário na educação, quando ligado às ações denominadas de Responsabilidade Social da Empresa (RSE). Pode-se afirmar que tais ações se enquadram como formas renovadas de privatização da educação, pela via da precarização de sua oferta e manutenção pelo poder público, e que corresponde ao estímulo a que cada voluntário contribua para a manutenção dessa atividade (a educação), legitimando-se cada dia mais a idéia de que o poder público não pode arcar sozinho com a totalidade dessa responsabilidade. Conclui-se portanto que essa nova forma de privatização se dá de maneira indireta, já que o poder público não abandona formalmente a responsabilidade para com o financiamento e a manutenção do sistema público de educação, mas há um compartilhamento dessas responsabilidades com os cidadãos, na condição de voluntários, pois grande parte das ações e doações efetuadas por força das ações de RSE não implicam em investimentos realizados pela própria empresa, mas são decorrentes da mobilização ou doação direta dos funcionários/voluntários.

Palavras-chave: Trabalho voluntário e educação; público e privado na educação; responsabilidade social da empresa e educação.

Renewable forms of Privatization of Education in Brazil: voluntary work and corporate social responsibility (CSR).

Abstract

This text brings conceptual search performed, which had to voluntary work in education, when connected to the actions called Corporate Social Responsibility (CSR). It can be said that such actions fall as renewable forms of privatization of education, through the precariousness of their supply and maintenance by the public, and that is the stimulus that each volunteer contributes to the maintenance of activity (education), legitimacy is ever more the idea that the government can not cope alone with all the responsibility. It follows therefore that this new form of privatization is done so indirectly, since the

authorities did not formally abandon the responsibility for the financing and maintenance of the public education system, but there is a partial sharing of responsibilities with the citizens in condition of volunteers, as most of actions and donations made by virtue of the shares of CSR does not involve investments by the companies, but are a result of the call or direct donation of staff / volunteers.

Key words: Voluntary work and education; public and private on the education; corporate social responsibility and education.

1- Apresentação

Considerando a relação parte/totalidade, tratar das formas renovadas de privatização da educação implica necessariamente refletir sobre o momento atual de crise na sociedade capitalista, crise esta de superprodução e superacumulação, que nos remete à atualidade dos escritos de Karl Marx.

O debate sobre a privatização de algo só pode ocorrer se o objeto em questão é tomado como de interesse coletivo, e que, no contexto do Estado de Direito, deve ser mantido com recursos públicos. Nesse aspecto já iniciam os problemas, pois, apesar da existência de um sistema público de educação no Brasil, esta (a educação) não é necessariamente uma atividade exclusivamente coletiva e estatal.

A Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, promovida na década de 90, pelo então **Ministério** da Administração Federal e **Reforma** do Estado (Mare), apresentou a educação como “atividade pública não exclusiva do Estado”, característica que, de fato, ela tem assumido de forma cada vez mais incisiva, e que reflete o momento histórico atual da sociedade capitalista, no qual o poder público tem buscado reduzir suas despesas na área social, na perspectiva de que haja sempre e mais recursos para “socorrer o mercado”, quando necessário.

A esse respeito, vale lembrar a reflexão do professor Carlos Roberto Jamil Cury (2008, p. 17), em relação ao fato de que, no Brasil, a educação privada sempre existiu sob o regime de concessão ou de autorização do Estado.

No entanto, atualmente, através de parcerias com o terceiro setor, e/ou através de compra de material e assessoria técnico-pedagógica, parece que quem tem dado a “direção” da educação pública, em grande medida, é a iniciativa privada.

Considerando que a educação, na condição de atividade integrante do corpo social mais amplo, reflete e responde às mudanças que vão ocorrendo, o presente texto pretende trazer algumas reflexões acerca de pesquisa realizada, que toma como objeto as implicações para a educação escolar pública, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações nomeadas de “responsabilidade social

da empresa” (RSE), sobretudo aquelas desenvolvidas com base no trabalho voluntário, e que estão fortemente valorizadas atualmente no mundo dos negócios.

RSE são ações sociais desenvolvidas por força de uma iniciativa empresarial, nas quais normalmente se mobiliza o trabalho voluntário dos funcionários dessas corporações, ou até mesmo da comunidade mais ampla, com ou sem aporte financeiro direto da empresa envolvida.

A educação é a área majoritariamente escolhida para o desenvolvimento dessas ações de RSE, pelo fato de que propicia o distanciamento da perspectiva assistencialista, que possui um tom pejorativo e a aproximação da perspectiva da sustentabilidade social, que tem grande aceitabilidade.

A preocupação do “mercado” com a sustentabilidade social (o que, dito em outros termos, significa atenuar os efeitos sociais provocados pela crise da sociedade capitalista) é tanta que, em meados do ano passado, Bill Gates, o maior acionista da empresa Microsoft e um dos homens mais ricos do mundo, anunciou que passaria a partir daquele momento a dedicar seu tempo para questões sociais, por meio de uma Fundação Filantrópica que ele mesmo e sua esposa criaram.

Matthew Bishop¹, cunhou em 2006 a expressão “filantropocapitalismo”, que bem se enquadra no caso de Bill Gates e de muitos outros mega capitalistas que se dizem preocupados com as questões sociais.

Referindo-se às ações dos grandes “filantropocapitalistas”, Bishop, em um artigo intitulado “O filantropocapitalismo torna-se global”, publicado em 20/10/08, no site da Revista Alliance, admite que “eles estão longe de qualquer cristão na forma de como doar”, e que “como o capitalismo, o filantropocapitalismo é um fenômeno global, com uma nova geração de filantropos ambiciosos emergindo do mundo em desenvolvimento”. Mais adiante o autor ainda afirma: A força do capitalismo está em criar um ambiente onde a inovação é premiada e o filantropismo promete levar esse dinamismo para o mundo das doações.

As ações de RSE podem ser desenvolvidas de forma direta (pela própria empresa) ou de forma indireta (por meio de uma organização não-governamental-ONG), o que se convencionou chamar o “Terceiro Setor” e que tem sido estudado recentemente por alguns pesquisadores, como, por exemplo, por Carlos Montaña.

A participação na educação, na forma de trabalho voluntário, sempre foi estimulada e, em geral, tida como atividade bem vinda, sobretudo se for conside-

¹ Matthew Bishop é Redator Chefe de Negócios e American Business Editor do The Economist.

rado que a participação nos conselhos deliberativos ou nas mais diferentes formas de tomar parte no processo de gestão e de tomada de decisão coletiva na escola constituem-se em participação de natureza voluntária. Porém, há uma diversidade muito grande no que pode ser considerado como participação na forma de trabalho voluntário na escola.

Os dados e as análises que serão apresentadas a seguir resultam de pesquisa teórica e documental, orientada pelo materialismo histórico-dialético, e que transitou pelas áreas de economia política, sociologia do trabalho e educação, abrangendo a análise de diversos livros recentes da administração empresarial, que tratam da RSE.

2- Trabalho e educação.

Para melhor compreender o significado do trabalho voluntário em seu formato atual, é preciso antes refletir sobre o próprio conceito de trabalho, que, na condição de mediação, propicia ao homem produzir a sua existência, observadas as condições concretas para tanto.

O trabalho em geral é “atividade orientada a um fim” (MARX, 1996, p. 202) e contém um caráter potencialmente emancipador à medida que possibilita ao homem atingir objetivos previamente estabelecidos. No entanto, o trabalho tanto pode servir para tornar o homem sujeito de sua própria ação e vontade, quanto objeto da vontade de outros: o que vai determinar isso é o fim, a finalidade estabelecida. (Cf. PARO, 1986)

Ocorre que, no contexto da sociedade capitalista, o objetivo estabelecido é a acumulação ampliada do capital, o que é incompatível com o objetivo da emancipação “intelectual e moral” (GRAMSCI, 1989) assim como a material, de toda a população e não apenas de parte dela. Isso porque para produzir a acumulação o sistema capitalista necessita converter o homem (que potencialmente se constituiria em sujeito de suas próprias ações e vontades), em objeto de acumulação para outrem. Sob as relações de produção capitalista, o homem desprovido de capital (e, portanto, dos meios de produção), assume a condição de força de trabalho, que é meio para a acumulação.

Com base nos fundamentos da economia política marxiana, a acumulação capitalista ocorre pela via da exploração do trabalho humano na forma de força de trabalho, que é substância do valor, em uma relação que transfere o valor do trabalho humano a uma dada mercadoria, que não pertence ao trabalhador, mas ao proprietário dos meios de produção. Recebendo o trabalhador pela força

de trabalho somente o suficiente para sua própria reprodução, e pertencendo o produto do seu trabalho ao capitalista, o trabalho passa a ser um processo no qual o trabalhador nem se reconhece, nem se identifica, nem é proprietário do produto do seu próprio trabalho. Sendo assim, o trabalho na sociedade capitalista se torna uma atividade estranhada, alheia à vontade do trabalhador, involuntária, que possui caráter de exploração e portanto de não emancipação.

A educação, como qualquer trabalho, também possui caráter potencialmente emancipador, assim como pode servir para aumentar a desigualdade social (ROUSSEAU, 1991, p. 172-173) e para “internalizar” valores e formas de conduta (MÉSZÁROS, 2005, p.44) adequados à reprodução do modo de produção capitalista.

Além disso, na educação, como no trabalho, “os meios não podem contrariar os fins” (PARO, 2001, p. 49). Por isso, somente a partir do fim emancipatório estabelecido é que pode ser possível à atividade educativa elevar o homem à condição de sujeito, e isso só pode ser feito de forma democrática, pois não se pode conceber que a emancipação ocorra por vias autoritárias. Também se deve executar uma educação tomada em sua inteireza, não se propondo ao objetivo pouco ambicioso de efetivar uma mera instrução. (PARO, 2008)

Essas considerações têm o propósito de sustentar a afirmação de que o trabalho e a educação em geral possuem caráter potencialmente emancipador, porém, o trabalho na sociedade capitalista possui caráter necessariamente estranhado e involuntário e a educação como mera instrução possui caráter propiciador do aumento da desigualdade entre os homens.

3- Trabalho voluntário e RSE.

A partir dessas questões é possível conceituar o trabalho voluntário, que se constitui em atividade realizada de forma espontânea, que não é forçada, que depende da vontade da pessoa que a realiza. No entanto, como categoria humana, seu significado, natureza e formas de execução foram-se alterando historicamente. No mundo ocidental, o trabalho voluntário tem sua origem vinculada em grande medida à caridade desenvolvida pela fé cristã.

Do Séc. XVI até o Séc. XIX o trabalho voluntário no Brasil manteve um caráter assistencialista. Porém, no final desse período, esse trabalho assumiu um caráter mais formal, quando relacionado à filantropia e à benemerência, havendo então uma diversificação da natureza das instituições que o desenvolviam. Pode-se aqui citar educandários, as instituições religiosas, de saúde, de atendi-

mento a imigrantes, dentre outras pessoas necessitadas. Esse trabalho esteve muito ligado às damas caridosas, inserido em um contexto social paternalista, rigoroso e excludente, constituindo-se um “voluntariado de benemerência” essencialmente feminino, incipiente e moralizador. (CENTRO DE VOLUNTARIADO DE SÃO PAULO, 2000; Cf. SILVEIRA, 2002)

Já a fase da 2ª República inicia a implantação de um sistema público de serviços sociais, que passa a mudar o enfoque dado ao trabalho voluntário, questionando-o politicamente, passando o atendimento que era feito na condição de caridade, vinculado à religião, para a condição de direito de cada cidadão. Esse movimento laiciza o atendimento, que passa a se ampliar na forma de serviço social.

Ressalte-se que a igreja ainda continuou e continua a promover a caridade, mas o atendimento majoritário de serviços sociais passa a ocorrer, a partir desse período, por conta do poder público.

O período correspondente à vigência do Estado de Bem-Estar (isso em termos dos países considerados desenvolvidos, já que esse modelo de Estado sequer chegou a se desenvolver efetivamente no Brasil) propugnou pela solução das questões sociais pelo Estado, por meio de políticas de assistência pública, financiadas pela contribuição dos setores produtivos. Era uma resposta à insegurança dos trabalhadores e uma opção de controle social, esperando impedir ou esvaziar protestos de dimensões incontroláveis em uma sociedade recém-saída de um período de guerras. (DAL RIO, 2004, p. 70)

Correspondente a esse período, no que diz respeito ao desenvolvimento de serviços de interesse social, no Brasil ocorreu certa mudança do caráter assistencialista, vinculado à filantropia, para um ensaio de implantação de um sistema público de serviços sociais que se estende e se amplia, ainda que precariamente, com períodos de interrupção e de forma muito diversa em cada região, passando a haver uma mudança no enfoque dado ao trabalho voluntário, questionando-o politicamente, passando o atendimento que era feito na condição de caridade, vinculado à religião, para a condição de direito coletivo, num atendimento laicizado.

Porém, com o processo de esgotamento do Estado de Bem-Estar Social no final do Séc. XX, ocorre o fortalecimento do novo liberalismo, respectivo à “acumulação flexível” (HARVEY, 1992), que desenvolve a crítica ao Estado centralizado, passando a identificá-lo com o burocratismo e a ineficiência; ao passo que a sociedade civil, pensada como esfera do livre mercado, passa a ser exalta-

da como a melhor alternativa ao Estado ineficiente. Nesse contexto, a sociedade civil, ressignificada, atua na perspectiva de atenuar as tensões sociais e, por conseguinte, a luta de classes. (LEHER, 2001, p. 158-164)

O progressivo esgotamento da capacidade do poder público em fazer frente às demandas sociais, aliado ao aumento da desigualdade social (decorrente da não distribuição da riqueza produzida) e o desemprego estrutural, causam uma forte tensão social, que, no limite, pode pôr em risco a manutenção do próprio sistema capitalista. Esse fator obriga o desenvolvimento de medidas paliativas para atenuar essa tensão, por parte daqueles que têm interesse na manutenção desse modo de produção.

No Brasil, a Reforma do Aparelho do Estado promovida a partir de 1995 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, é um marco histórico no processo de flexibilização da obrigação do poder público com a manutenção de um sistema de serviços sociais, situação na qual a educação e a saúde, por exemplo, passaram para a condição de “serviço público não exclusivo do Estado”.

Passa a haver nesse período um conjunto de ações de estímulo ao desenvolvimento de trabalho voluntário em áreas sociais e também ocorre o aumento significativo de Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades sem fins lucrativos, criadas para ofertar alguma natureza de ação social (para as quais ocorre a transferência de fundos públicos). Essa situação altera a relação cidadão-Estado, que atendia a *sujeitos coletivos* na época em que o Estado alocava diretamente verbas para os setores sociais, passando para um atendimento que ocorre aos usuários na qualidade de *cidadãos individuais*. A mudança altera a natureza e o caminho por onde as demandas são formuladas, organizadas e atendidas. (GOHN, 2001)

Nesse processo, o cidadão deixa de ser atendido baseado na perspectiva de igualdade de direito social, retornando à expectativa da caridade e da filantropia, e as ações sociais passam a ser pontuais e focadas no insuficiente objetivo da redução da pobreza. Em acordo com a perspectiva dessa nova forma da oferta de serviços sociais, articula-se o atual formato do trabalho voluntário. Tanto que nas últimas décadas começa a haver um movimento mundial de estímulo, legitimação e fortalecimento de um voluntariado laico e afirmado como expressão de uma atitude de cidadania.

Nesse contexto, executivos e empresários passaram a perceber que vincular a imagem da empresa ao desenvolvimento de ações que se caracterizem

como sendo de responsabilidade social propicia o aumento dos lucros. Começam então a despontar inúmeras iniciativas, a princípio por parte de grandes empresas privadas, depois inclusive por grandes empresas públicas e de economia mista, no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades sociais, que são executadas seja na forma de repasse de recurso financeiro para entidades já existentes; seja na forma de criação de ONGs sem fins lucrativos para desenvolver atividades determinadas ou para atender a grupos sociais específicos; seja pelo estímulo a que seus funcionários e demais pessoas da comunidade atuem voluntariamente a favor de uma causa social. Por vezes, combinam-se todas essas modalidades ou apenas algumas delas. Essas iniciativas receberam a denominação de ações de Responsabilidade Social da Empresa (RSE).

Essas ações de RSE, que são desenvolvidas diretamente pela empresa ou por ONGs no formato de Fundações criadas para esse fim, contam com recebimento de recursos tanto públicos quanto privados (geralmente da empresa a qual estão vinculadas essas organizações sem fins lucrativos), salientando que, na maior parte dos casos, as empresas privadas abatem esses recursos em impostos que necessariamente seriam pagos. Além disso, o dinheiro destinado a uma Fundação vinculada à empresa que desenvolve ações sociais reverte em melhoria de imagem diretamente a essa empresa, enquanto que se esse mesmo dinheiro fosse destinado ao pagamento de impostos, estaria sob responsabilidade do poder público. Daí a construção de um “consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1989) de ineficiência ao poder público e de eficiência à iniciativa privada.

Um fato relevante é que poucas empresas acompanham os resultados sociais de suas próprias ações de responsabilidade social, mas da divulgação, do marketing dessas ações, nenhuma delas descuida. Isso porque só a aparência pode bastar se o que se pretende é uma ação que se converta em uma imagem de empresa socialmente responsável, tornando-a mais competitiva, trazendo como conseqüência o aumento dos lucros, na medida em que as ações de RSE, tornadas visíveis, passem a impressão de que a empresa está destinando parte de seus recursos para causas sociais. Sendo assim, essas ações não se baseiam na virtude em si, mas na sua aparência de virtude.

Nesse contexto, os dirigentes e recrutadores empresariais têm demonstrado um interesse crescente em buscar funcionários que desenvolvam atividades sociais de forma voluntária. As vantagens alegadas pelos próprios defensores da acumulação do capital e apresentadas nos livros e revistas analisadas são as seguintes:

- O programa de RSE fortalece a imagem da empresa de um modo geral;
- Os funcionários dessas empresas melhoram seu desempenho e respectiva produtividade, havendo aumento da satisfação no trabalho e desenvolvimento de novas habilidades de liderança e trabalho em equipe;
- Há melhora no sentido de pertencimento desses funcionários com a empresa;
- Ocorre a aproximação da empresa com os mercados consumidores;
- O apelo ao consumidor de que a empresa é comprometida socialmente apresenta-se como um diferencial diante de outras empresas que não desenvolvem programas de RSE;
- Algumas empresas que têm problemas de convivência com a população carente do seu entorno solucionam ou atenuam esse conflito por meio da ajuda direta a esses grupos sociais.

Além disso, os textos analisados permitem perceber que grande parte das ações e doações efetuadas por força das ações de RSE não implica em investimentos realizados pela própria empresa, mas são decorrentes da mobilização ou doação direta dos funcionários/voluntários.

Essa tendência à direção das empresas tomarem a iniciativa de desenvolvimento de ações de responsabilidade social não ocorre portanto por um súbito compromisso com a humanidade e sim porque tal atitude tornou-se ao mesmo tempo um interesse e uma necessidade, uma nova exigência do mercado e uma nova vantagem no mercado. Nas palavras do editor do livro **Cidadania corporativa**, é papel da empresa adotar novas práticas gerenciais que privilegiem não apenas o êxito dos negócios, mas também os aspectos social, ambiental e humano, “senão por convicção, certamente por sobrevivência.” (MCINTOCH, 2001, p. VII)

Assim, o desenvolvimento de trabalho voluntário passou a compor os requisitos que um trabalhador deve cumprir para adequar-se ao perfil da “empregabilidade”². Ou seja, para os que estão desempregados ou estão-se preparando para o primeiro emprego, o desenvolvimento de uma atividade voluntária de cunho social passou a ser um dos requisitos a serem observados, podendo ser o fiel da balança no processo de recrutamento, na tomada de decisão do empregador em contratar uma pessoa ou outra. Porém, o alto índice de desemprego coloca em risco permanente também a condição de quem ainda está empregado. Por isso passa a ser recomendável que inclusive os que ainda possuem

² Trata-se de uma expressão usada de forma recorrente no meio empresarial, que designa o perfil que o trabalhador deve buscar para adequar-se ao padrão que o “mercado” exige em cada momento histórico para estar apto a um emprego.

emprego desenvolvam trabalho voluntário e o vincule às ações de responsabilidade social da empresa com a qual possui contrato.

Já para aqueles que estão excluídos do mercado resta apenas o trabalho informal, parcial, precarizado, sem cobertura do sistema de seguridade social e sem garantias trabalhistas. Para isso não é necessário adaptar-se ao perfil da empregabilidade.

Se o desenvolvimento de algum trabalho voluntário passa a ser exigido para conseguir manter-se no emprego ou para conquistá-lo, então o trabalho tido como voluntário por força das ações de RSE é involuntário, coercitivo, forçado, obrigatório.

Desse modo, pode-se afirmar que existe o trabalho que é de fato voluntário. Trata-se daquele que parte de iniciativa espontânea do indivíduo, como uma atividade de caráter solidário, humanitário ou caritativo. Porém, existe também o trabalho que se intitula voluntário, mas que na verdade é forçado, que denomino “trabalho voluntário forçado”. E o trabalho voluntário ligado à RSE enquadra-se nessa situação.

O “trabalho voluntário forçado” passa a integrar o conjunto de atribuições e condições da relação de venda da força individual de trabalho na atual fase da sociedade capitalista. Resta então compreender de que forma ele se apresenta no processo de trabalho e de que modo compõe a exploração da força de trabalho.

O “trabalho voluntário forçado” compõe a força de trabalho quando possibilita o aumento do lucro da empresa, mesmo parecendo ao trabalhador estar fora da jornada e das atribuições do trabalho. O “trabalho voluntário forçado” compõe também as relações sociais de trabalho na sociedade capitalista, como auxiliar na manutenção e reprodução desse modo de produção, no que diz respeito especificamente à sua contribuição para atenuar os efeitos do desemprego estrutural. Também quando se soma ao esforço de substituir parte do papel do poder público no desenvolvimento de atividades de natureza social, já que o próprio capitalismo exauriu a capacidade de financiamento do Estado.

Some-se a isso o fato de que, no processo permanente de busca do aumento de lucros, além de tentar extrair o mais possível a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa da força-de-trabalho contratada, o capitalista busca também um outro tipo de mais-valia: a extraordinária. Karl Marx demonstrou que ela ocorre quando, no processo de procura do aumento da produtividade, se descobre uma nova forma de produzir uma dada mercadoria com menor custo ou com maior produtividade. Decorre que, até que essa nova forma de produção se gene-

realize à escala social, aqueles que a utilizam individualmente, conseguem um lucro extra. (MARX, 1996, p. 366-367)

Esse tipo de mais-valia não acompanha o padrão e a normalidade da produção. Pelo contrário, ela só é possível de ser extraída enquanto se mantiver na condição de diferencial de um processo de produção para outro, até que não seja apropriado pela concorrência.

Em função da possibilidade de extração da mais-valia extraordinária, o capitalista é impelido a sempre buscar o aperfeiçoamento das condições de produção e de circulação, que pode ocorrer na forma de melhoria dos processos de produção (o que se converte na redução de custos), ou das condições de circulação mediante a concorrência, como é o caso das ações de RSE. Isso se converte em vantagem para o capitalista que a executa, somente enquanto essa nova forma de produção e/ou circulação não for adotada de modo generalizado pelo conjunto das organizações concorrentes em cada ramo de produção.

Desse modo, quando a maioria das empresas em cada segmento tiver adotado a prática do desenvolvimento de ações de RSE, isso deixará de ser um diferencial de uma ou algumas empresas e a vantagem obtida em função dessas ações irá se reduzindo até sua extinção, iniciando-se o processo de busca de um novo diferencial.

Atuar voluntariamente para ajudar o outro é um valor social e histórico, e esse valor social adquiriu atualmente um significado diferente de outras épocas, pois circunstâncias historicamente diferentes modificam também a forma social de determinados valores. Nesse sentido, apresenta-se no trabalho voluntário ligado à RSE um interesse econômico que se expressa em uma relação social. O trabalho voluntário passa de valor social para um valor de mercado e para o mercado.

Isaak Illich Rubin (1980) demonstra que a revolução que Marx realizou na Economia Política consiste em ele ter considerado as relações sociais que estão por trás das categorias materiais, as relações humanas por trás das relações entre as coisas. Nesse sentido, “Marx enfatizou, com frequência, que um único e mesmo fenômeno aparece sob uma luz diferente, dependendo de sua forma social.” (RUBIN, 1980, p. 60)

Sendo assim, afirma Marx: “Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Ela se transforma em capital apenas em condições determinadas.” (MARX, p. 69, s/d) Parafraseando Marx arrisco dizer que: O trabalho voluntário é trabalho voluntário. Apenas em determinadas condições ele au-

menta a possibilidade da realização monetária da mais-valia na circulação, diante da concorrência.

Apropria-se o capital nesse momento histórico da positividade *a priori* do trabalho voluntário, instrumentalizando-o como forma social de possibilidade de mais lucro, já que, conforme demonstra Rubin (1980, p. 60), a determinação da forma social depende do caráter das relações de produção, que é a base para a formação e classificação dos conceitos econômicos.

A mudança atual no formato do trabalho voluntário pode ser compreendida se se levar em conta o fato de que, na vigência da sociedade da mercadoria, a acumulação do capital tende a se expandir à escala social e por isso invade velhos e novos ramos da economia e altera, reestrutura, reorganiza a produção, conforme vá se exaurindo a capacidade, a possibilidade e a potencialidade de cada ramo. Ou seja, o modo de produção capitalista suga a capacidade de uma determinada forma de exploração, migrando para outra tão logo a primeira tenha se exaurido e assim vai assumindo formas diferenciadas, reorganizando-se em cada momento histórico.

Todos os fatores até aqui considerados levam à percepção de um movimento que denomino “solidariedade induzida, governada, entre emprego e não-emprego” no atual momento da sociedade capitalista, vinculado às mais recentes configurações do mundo do trabalho, que demonstram que tal solidariedade deve partir da atividade voluntária de quem tem emprego, para quem não mais o tem, contribuindo dessa forma para a manutenção da sobrevivência dessa última parcela da população.

Outro fato específico do movimento de RSE é a preferência pela área da educação para o desenvolvimento de suas ações. Conforme anunciado anteriormente, isso ocorre pelo fato de que as empresas procuram distanciar suas ações de RSE de qualquer vinculação assistencialista e aproximá-las da imagem de que estão promovendo a sustentabilidade social. De fato, a educação é uma modalidade de serviço social que tem enorme reconhecimento público e um apelo no senso comum de que possibilita não só a sustentabilidade, mas inclusive a ascensão social.

Além disso, a importância outorgada pelas lideranças empresariais à educação decorre do fato dela ser considerada essencial para o aumento da competitividade econômica nacional e para a melhoria das condições de inserção do país na nova ordem mundial. (BEGHIN, 2005, p. 56) Portanto, por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma

ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social.

4- Trabalho voluntário na educação: democratização ou privatização?

Se a educação é a área mais atingida pelas ações de RSE, importa saber como essas atividades se desenvolvem e que influência ou efeito produzem ao cotidiano escolar, aos processos pedagógicos e inclusive qual a natureza da participação que os voluntários ligados a esses programas empresariais e mesmo outros voluntários efetivam na escola. Se se pretende a democratização da gestão, é preciso também compreender se a natureza da participação que esses voluntários desenvolvem contribui para a democratização dos processos de tomada de decisão na escola.

É sabido que a palavra participação não tem um único sentido. Ela pode ser utilizada para referir-se tanto ao processo de tomada de decisão quanto à execução de decisões previamente tomadas.

A partir da compreensão da natureza e especificidade do processo de trabalho e de produção em educação³, constata-se a necessidade da significativa adesão das partes envolvidas aos objetivos e às formas do processo educacional, sob pena de não se conseguir realizá-lo. Entendendo a educação como “atualização histórico-cultural” com vistas à emancipação humana e a escola como “agência encarregada da educação sistematizada”, a participação dos envolvidos deve dar-se de forma intencional, pois não cabe pensar que a emancipação possa ocorrer de forma espontânea ou menos ainda admitir que a emancipação ocorra de forma concedida ou imposta. (PARO, 2001a, p. 35)

Longe de contrariar a participação da comunidade na educação escolar, é certo que a qualidade da educação depende também da participação dos pais, o que implica freqüentar a escola como espaço de cultura, lazer, desenvolvimento de práticas desportivas: assistir espetáculos teatrais, de dança ou música, participar de uma aula de artes plásticas ou de culinária, freqüentar a sala de biblioteca ou de informática.

No entanto, mesmo essa participação, quando há, constitui-se em uma participação como usufruto, que é direito do cidadão e não concessão de um governo ou da direção da escola. Mas, além da participação como usufruto, se se

³ Vitor Henrique Paro trata especificamente dessas questões nos seguintes textos: 1986, p. 135-49; 2001b, p. 33-47; 1997, p. 29-37 e 2001a, p. 43-44.

tem um compromisso com a democratização das relações sociais, é preciso pensar a participação como “partilha de poder” (LE BOTERF, 1982, p. 118), o que implica participar na construção, execução e acompanhamento da proposta pedagógica da escola e o conhecimento das intenções dessa instituição no processo de formação dos alunos. E essa participação constitui-se de maneira estritamente voluntária.

A participação da comunidade no processo de tomada de decisão na escola é atividade-meio e atividade-fim ao mesmo tempo, na medida em que propicia a melhoria da qualidade da educação, e, por meio dessa mesma participação, põe-se em ação uma espécie de exercício para a democratização das relações sociais em geral.

A pesquisa documental demonstrou que ações de RSE propõem uma natureza da participação voluntária que é executiva de tarefas organizacionais ou supletivas da função do poder público no fornecimento de estrutura física, financeira ou de pessoal às escolas. Está também relacionada à execução de tarefas previamente estabelecida por outrem, o que implica tão-somente em colaboração, sequer chegando a propor que o voluntário participe efetivamente ao menos do processo de informação, pois afirma e reafirma que ele deve adequar-se e adaptar-se à estrutura existente na escola.

Não se está defendendo que cada voluntário deva chegar à escola e desrespeitar o acúmulo histórico construído pelos que ali trabalham cotidianamente em termos de discussão e encaminhamento de suas propostas de trabalho, mas, se se pretende uma gestão democrática da escola, isso implica a promoção do diálogo entre todos os segmentos o tempo todo, o que possibilita inclusive ao voluntário participar das discussões e deliberações havidas na escola, na sua condição de espaço público de interesse geral.

Analisando os princípios da teoria da administração neoclássica (predominante atualmente na gestão empresarial), Licínio Lima (1988) demonstra que a posição favorável e o estímulo à participação do trabalhador no processo de produção não está relacionada com qualquer objetivo de democratização da sociedade em geral e muito menos de suas relações de decisão e poder, mas sim se desenvolveu como uma estratégia para evitar os desgastes e prejuízos ocasionados como conseqüências da forma clássica de gerir as empresas.

Diante de tudo o que foi apresentado, se deve combater o voluntarismo presente na crença de que o trabalho voluntário vinculado às ações de RSE pode melhorar o mundo. Isso não é verdade. O trabalho voluntário vinculado à RSE não

é uma simples questão de boa vontade, já que está articulado a um contexto de manutenção e reprodução das bases do capitalismo e, por decorrência dessa sua origem, não é capaz e não se propõe a fazer frente à progressiva barbárie que esse modo de produção gera necessariamente, sobretudo na fase atual, quando já “esgotou sua parca capacidade civilizatória” (MÉSZÁROS, 2002). Pretende apenas atenuá-la no limite da suportabilidade humana.

Em termos gerais, o trabalho voluntário ligado à RSE parece constituir-se em uma forma renovada de privatização da educação, pela via da precarização da sua oferta e manutenção, contribui para o imobilismo da população em geral, no que diz respeito à reivindicação de seus direitos sociais, e também para a eternização da pobreza dependente da caridade, disfarçada em forma de responsabilidade social.

Referências

- BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BISHOP, Matthew. *O filantropocapitalismo torna-se global*. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/alliancebrasil/noticias.php?codigo=119>> Acesso em 21 jan. 2009.
- CENTRO DE VOLUNTARIADO DE SÃO PAULO (CVSP). Apostila. *Curso básico de gerenciamento de voluntários*. São Paulo: mar/2000.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Um novo momento da educação privada. In: ADRIÃO, Theresa; Peroni, Vera. *Público e privado na educação; novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 17 a 25.
- DAL RIO, Maria Cristina. *O trabalho voluntário: uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LE BOTERF, Guy. A participação das comunidades na administração da educação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 107-142, jan./mar. 1982.
- LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *A cidadania negada*. São Paulo, Cortez, 2001.

LIMA, Licínio. *Gestão das escolas secundárias: a participação dos alunos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Livro 1, v.I.

_____. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. v.1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. p. 52-82.

MCINTOSH, Malcolm et all. *Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. *O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *Educação como exercício de poder*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Gestão escolar, ética e liberdade. In: _____. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001a. p. 49-52.

_____. *Reprovação escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Xamã, 2001a.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1991.

RUBIN, Isaac Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVEIRA, Jairton Dimas. *Satisfação no trabalho e a realização de trabalho voluntário: estudo de caso*. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

Silvana Aparecida de Souza
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campus de Foz do Iguaçu
E-mail: souzasilvana@uol.com.br
